

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, em primeira chamada às quatorze horas e vinte e nove minutos, iniciou-se a segunda reunião extraordinária do CMS-Maricá, de forma online, com os seguintes conselheiros Titulares: Bruno de Souza Lougon, Jorge Alberto Rispoli, Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Antônio Carlos do Rego e Souza, Rodrigo Cantini, Adriana Domingues Picanço, Rose Mary de Melo Bruce, Edson Gonçalves de Oliveira, Yasmim Lemos Von-Sohsten Moreira, Joyce do Valle Santos, Antônio Carlos Cunha e Sandro dos Santos Ronquetti. Suplente: Ramon Lorenzo Farell Sanchez e Denise Marchon Tinoco. O Presidente Bruno abre a reunião verificando o quórum necessário para a realização da mesma com pauta única. Aprovação da PAS 2025 e das alterações do Plano Municipal de Saúde de 2022/2025. O Conselheiro Sandro diz que solicitou a inclusão dessa pauta porque, como já havia falado, inclusive na nossa reunião ordinária, precisamos atualizar o plano para que possa colocar as questões das duas emendas que conseguimos, uma de 7 milhões e outra de 5 milhões uma para a Atenção Primária e uma para a Atenção Especializada, temos que atualizar para depois entrar no DIGISUS e também a Programação Anual de Saúde 2025 porque é através da movimentações da PAS que vamos conseguir estar realizando aquilo que precisamos fazer nesse ano de gestão. A Conselheira Rose Mary faz uma manifestação em relação a essa pauta da programação, pede que fique consignado na ata dessa reunião extraordinária de 11 de agosto de 2025, do colegiado CMS-Maricá, conforme o artigo 64, inciso 12 do Regimento Interno deste colegiado. Diz que esse colegiado não participou do planejamento dos instrumentos, Plano Municipal e programação Anual 2025 conforme preconizado no parágrafo segundo do artigo 36 da lei complementar 141/2012, que garante a participação do controle social. Foi informado em dezembro do ano passado à Secretaria Municipal de Saúde de Maricá sobre ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Rio que foram feitas com a finalidade de esclarecer as falhas detectadas nos instrumentos de planejamento, onde se destacaram, palavras do TCE, abre aspas, "fragilidade dos mecanismos de formulação, implantação e acompanhamento de ações de saúde municipal com possível prejuízo à qualidade e quantidade de serviços de saúde ofertados à população". Ela destaca também a seguinte pergunta: Como este colegiado do Conselho Municipal de Maricá pauta a aprovação da programação anual de saúde 2025, sendo que ela não foi completamente apreciada? Numa primeira avaliação foram identificadas locações de recursos em subfunções incompatíveis com as diretrizes e objetivos da própria programação anual de 2025, em vez de alocar atividades em subfunções únicas, o planejamento mistura rubricas o que dificulta o devido controle social e a própria transparência da aplicação dos recursos, por exemplo rubricas de atenção básica 301 e administração geral 122, são utilizadas para financiar outras áreas, como Vigilância em Saúde e Assistência Especializada. Destaca também que no Plano Municipal de Saúde, com as alterações enviadas não foram colocados os respectivos valores monetários das emendas parlamentares avocada a pouco pelo Conselheiro Sandro, emendas essas relacionadas às metas elencadas nas tabelas, o que contraria a própria a plataforma INVESTE SUS onde é determinado sim a referência de métodos específica com cada objeto de emenda parlamentar. A Conselheira Joyce fala a respeito da PAS que viu várias vezes sendo programada a questão da alimentação e Nutrição muitas vezes e não houve no decorrer dos anos, não houve verba e quando não foi feita a aplicação correta, ou seja, não foi utilizado esse dinheiro, na constatação aparece como não sendo utilizado e isso é um incentivo, gostaria de incluir o incentivo às ações de alimentação e Nutrição e pede que seja incluída na PAS esse planejamento. Justifica que se quando se passa pela ação básica, é fundamental a alimentação e Nutrição porque não adianta só alimentação tem que ter a nutrição associada, é fundamental para a manutenção e para adquirir também a saúde. O Conselheiro Sandro coloca quem as

E-mail: cms.marica@hotmail.com

1

2

4

5 6

7

8

9

10

11 12

13 14

15

16 17

18 19

20

21

22 23

2425

26

2728

29

30

31 32

33

34 35

36 37

38 39

40 41

42

43



fontes não é a Secretaria de Saúde que coloca, usamos aquilo que está no orçamento público, que são os orçamentos que herdamos e que foi aprovado no ano passado por outra gestão, a questão que a Conselheira Joyce colocou, por isso no plano Municipal que estamos aprovando aqui agora tem ações da alimentação e o valor é r\$ 20 mil reais, estamos estudando e está dentro da Atenção Primária e vamos estar analisando conjuntamente. Espera que junto com o Secretário de Saúde estaremos caminhando efetivamente junto com o Conselho nessas avaliações e averiguações. Pede que provem o Plano para que possamos colocar as prioridade na emenda parlamentar e que possamos ir acompanhando e refazendo todas as vezes que for preciso, porque o Plano pode ser adequado de acordo com o que estamos fazendo, porque ainda estamos num momento de readequação da nova gestão. Lembra que esse Plano ainda é o de 2022/2025, o nosso Plano Municipal 2026/2029, vamos estar construindo juntos. A Conselheira Anna Quintanilha chama à atenção do colegiado que todas essas ressalvas, que tanto a Conselheira Rose Mary e a Conselheira Joyce falaram estão fazendo parte da resolução que foi aprovado na última reunião do dia 31, então na resolução vai sair com todas essas ressalvas que elas elencaram e mais algumas e esta resolução vai para o DIGISUS exatamente com as ressalvas que foram aprovadas. O Conselheiro Carlos Cunha pede que os Conselheiros aprovem e que o papel das Conselheiras Rose Mary e da Anna Quintanilha foram muito importantes e volta a dizer que a Comissão de Finança realmente está atuando, trabalhando e se preocupando com o Conselho e isso é muito importante, até porque nós Conselheiros temos a maior responsabilidade, haja vista que essas provações não passam mais pela Câmara de Vereadores, há uma responsabilidade maior junto aos Conselhos, mas que se vote favorável com ressalvas. A Conselheira Rose Mary complementa que quando o Conselheiro Sandro falou sobre a programação 2024, só foi aprovada em fevereiro pede que verifique quando ela foi encaminhada para a apreciação do colegiado, e se não se engana encaminhada entre setembro e outubro de 2024, onde também não participamos do planejamento e reforça aqui, mesmo com aprovação com a ressalvas a comissão não fez a finalização da apreciação dessa programação 2025 e ela nos foi encaminhada se não engana final de Maio de 2025. Diz que não é que o colegiado não queira fazer a devida apreciação, o colegiado está pedindo que nós possamos participar desse planejamento, quando o Conselheiro Sandro fala do envio da LOA do ano passado em primeiro lugar, ela é encaminhado pela própria Secretaria Municipal, concorda, mas quando fala da Programação Anual 2025, essa foi feita agora esse ano onde por várias vezes houve e-mails convidando o Conselho e depois remarcando e indiretamente prorroga a data de reunião onde o Conselho poderia participar desse planejamento que não ocorreu, depois foi só apresentado já como um pacote fechado, ainda que você diga que tenham alterações que poderão ser feitas no decorrer, mas reforça aqui nós como colegiado, não estamos sendo ouvidos nas fases desse planejamento. O Conselheiro Sandro esclarece que as reuniões que foram marcadas e adiadas vão ser remarcadas para a participação do Conselho, a questão do Plano Municipal de Saúde 2026/2029 ainda não terminamos. O Presidente pergunta se mais alguém quer fazer uso da palavra ou gostaria de debater mais sobre o tema? Submete em a votação as inclusões da Programação Anual de Gestão 2025 e as alterações do Plano Municipal de Saúde 2022/2025, aqueles que aprovam permaneça como estão. A Conselheira Rose Mary se manifestar de forma contrária pelos motivos que elencou inicialmente. O Presidente diz que só um voto contrário da Rose Mary, conforme já justificou anteriormente na fase de debate. Ficando aprovado pela maioria dos presentes, agradece a todos os Conselheiros que participaram dessa reunião, se dispuseram no meio dos seus afazeres a estarem presentes aqui nessa reunião e na anterior e pede a todos a colaboração para que juntos consigamos fazer de fato o nosso Conselho ser respeitado em primeiro lugar. O Conselheiro Edson fala com o

44

45

46

47

48

49 50

51

52 53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68 69

70

71

72

73

74 75

76

77

78 79

80

81

82

83

84

85

86



102

105

109

87 88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

99	D 1 C I
100	Bruno de Souza Lougon
	Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
101	Presidente

Laudeci Costa Secretária Executiva

Jorge Alberto Rispoli 103 Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá 104 Vice Presidente

Anna Maria de Carvalho Quintanilha Usuária: Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula Secretária Geral

106 Antônio Carlos do Rego Souza Usuário SINDSERV

Ramon Lorenzo Farell Sanchez Gestor – Sec. de Saúde

Tesoureiro 107 108

Rodrigo Cantini Ass. Médica de Maricá

Joyce do Valle Santos Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de Itaipuaçú - 4º Distrito

Sandro dos Santos Ronquetti

Gestor - Sec. de Saúde

Denise Marchon Tinoco Ass. Pestalozzi de Maricá

Yasmim Lemos Von-Sohsten Moreira

Centro Espiritualista ARUANDA

Adriana Domingues Picanço Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Rose Mary de Melo Bruce Ass. de Moradores de Cordeirinho -2º Distrito de Maricá Antônio Carlos da Cunha Usuário- Cruz Vermelha Brasileira

Edson Gonçalves de Oliveira Usuário- União das Assoc. de Mor. de Maricá

3